

Diagnóstico Da Capacidade De Prontidão E Resposta A Emergências E Oportunidades De Investimento Em Cabo Verde: Erigindo Uma Cultura De Prontidão

SUMÁRIO EXECUTIVO



financiado por



THE GOVERNMENT
OF THE GRAND DUCHY OF LUXEMBOURG

através



GFDRR
Global Facility for Disaster Resilience and Recovery

© 2020 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial

1818 H Street NW

Washington DC 20433

Telefone: 202-473-1000

Internet: www.worldbank.org

Este relatório é um produto do Banco Mundial e da Facilidad Global para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR). As descobertas, interpretações e conclusões expressas neste documento não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, de sua Direção Executiva ou dos Governos que representa. O Banco Mundial e a GFDRR não garantem a precisão dos dados incluídos neste trabalho. Os limites, cores, denominações e outras informações mostradas em qualquer mapa deste trabalho não implicam qualquer julgamento por parte do Banco Mundial em relação ao status legal de qualquer território ou ao endosso ou aceitação de tais limites.

Direitos e Permissões

O material deste trabalho está sujeito a direitos autorais. Como o Banco Mundial incentiva a disseminação de conhecimento, este trabalho pode ser reproduzido, no todo ou em parte, para fins não comerciais, desde que seja atribuída a autoria deste documento.

Agradecimentos

O Banco Mundial gostaria de agradecer ao Governo de Cabo Verde pela parceria e forte apoio, demonstrados ao longo deste projeto. Agradecemos igualmente aos parceiros do desenvolvimento que participaram nas entrevistas, por suas inestimáveis contribuições e orientação. Este projeto faz parte da Assistência Técnica do Banco Mundial sob o Financiamento da Política de Desenvolvimento de Gestão de Riscos de Desastres com uma Opção de Saque Diferida por Catástrofe (Cat DDO).

Este trabalho foi implementado pela Prepared International (PPI), durante o mês de Junho de 2019, sob a supervisão e coordenação de uma Equipa do Banco Mundial composta por Oscar Ishizawa, Robert Reid e Elad Shenfeld, contando com o suporte técnico de Rossella Della Monica e Joaquin Muñoz Díaz. Edson Medina facilitou a coordenação e logística locais para a implementação da missão no terreno, para a colecta de dados, assim como de informações para avaliação. A conceção gráfica do relatório deve-se a Pietro Spigai. A equipa também recebeu contribuições e orientações dos parceiros de desenvolvimento, quer durante as missões técnicas, como também na apresentação final deste trabalho.

O presente relatório e as actividades associadas foram financiadas pelo governo do Grão-Ducado do Luxemburgo através da Facilidade Global para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR).

Diagnóstico da Capacidade de Prontidão e Resposta a Emergências e Oportunidades de Investimento em Cabo Verde – Sumário Executivo

Este Sumário Executivo contém os resultados do Diagnóstico do Sistema de Prontidão e Resposta a Emergências (EP&R, Emergency Preparedness and Response) de Cabo Verde, com base na estrutura Ready2Respond (R2R). O resumo também abrange recomendações sobre as prioridades de investimento.

A avaliação decorreu entre meados de maio e final de junho de 2019. A conclusão geral é que o sistema de EP&R em Cabo Verde mostra oportunidades consideráveis de melhoria. O país é muito vulnerável a danos, que impactam nos ganhos e no seu desenvolvimento e podem originar possíveis perdas de vidas. Vários aspetos do sistema de EP&R devem ser fortalecidos com urgência e simultaneamente, para que o país se prepare melhor e responda a crises e desastres.



Imagem 1: Palmeira, Sal, Cabo Verde.
Fonte: iStock

1. Introdução: Antecedentes, Metodologia e Constatações Gerais

O Banco Mundial apoia o Governo de Cabo Verde em vários sectores, e reconhece que qualquer impacto causado por um evento natural adverso traria perdas e danos a ganhos recentes de desenvolvimento e prejudicaria o desenvolvimento futuro. Como tal, o Banco Mundial, no âmbito do Financiamento da Política de Desenvolvimento de Gestão de Riscos de Desastres com uma Opção de Saque Diferida por Catástrofe (Cat DDO), apoia o país no fortalecimento dos procedimentos e capacidades de EP&R para a gestão de desastre e de choques relacionados ao clima. O Diagnóstico de EP&R de Cabo Verde é considerado uma continuação dos esforços anteriores liderados pelo Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB), com o objetivo de avaliar o estado atual dos sistemas de EP&R, suas possíveis lacunas e fortalecer as capacidades de EP&R em Cabo Verde.

A metodologia baseia-se nos cinco componentes inter-relacionados de prontidão e resposta a emergências¹:

1. Quadro legal e institucional;
2. Informação;
3. Instalações;
4. Equipamento; e
5. Recursos Humanos.

Cada componente foi medido, utilizando um conjunto de critérios que abordam aspectos particulares de um sistema funcional de EP&R para Cabo Verde. Por sua vez, cada critério incluiu um conjunto de quatro indicadores, cada um com cinco elementos-chave que medem a maturidade do respetivo quesito do sistema de preparação e resposta. No total, o Diagnóstico examinou a pontuação de 360 dados individuais, relacionados à pujança do sistema EP&R em Cabo Verde.



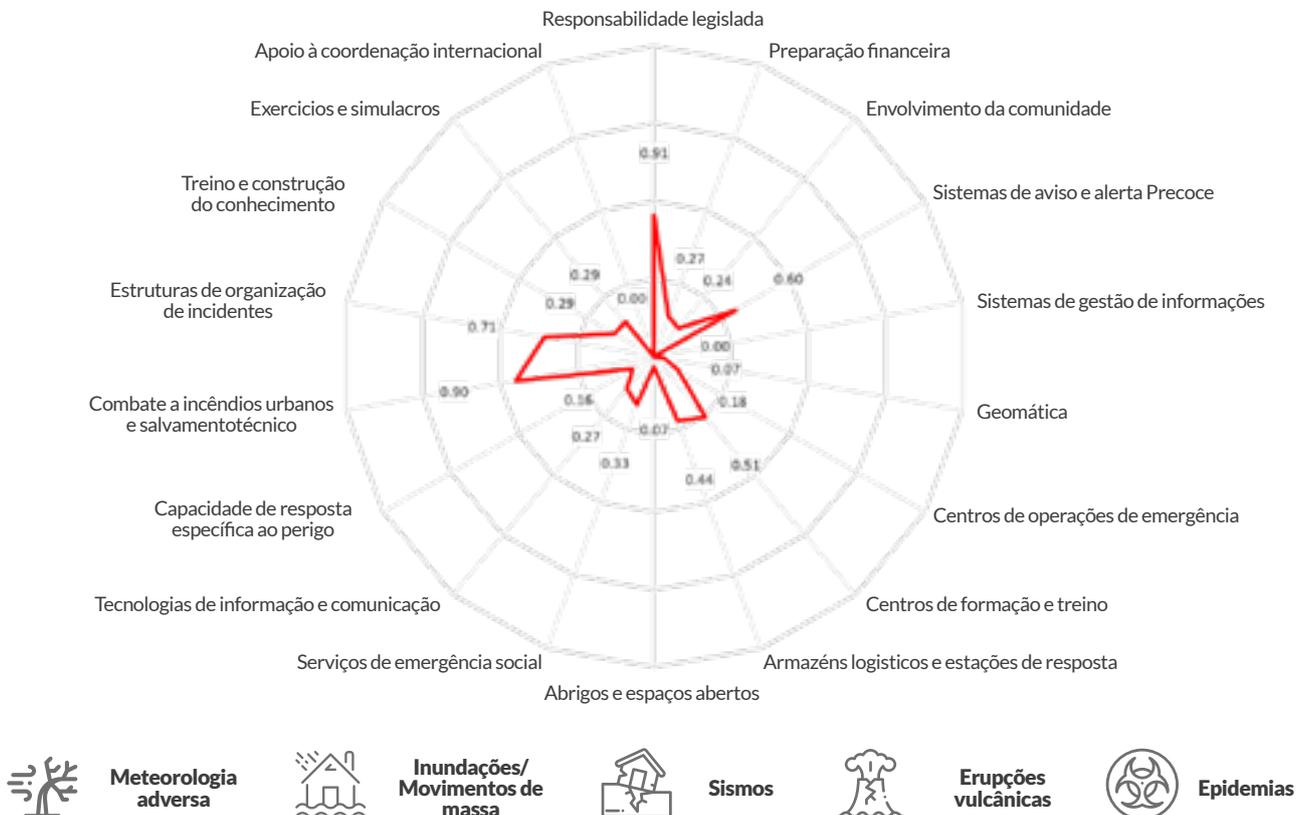
Mapa 1: Mapa de Cabo Verde.

Fonte: <https://earthexplorer.usgs.gov/>

¹ World Bank group. A framework for Ready2Respond, 2017: P 8.

O infográfico abaixo mostra os resultados do diagnóstico realizado em Cabo Verde, para todos os 18 critérios, conforme incluído na estrutura do Ready2Respond.

Resultados do diagnóstico R2R em Cabo Verde



Nota: A escala real vai de 0 a 5, os resultados são mostrados numa escala de 0 a 2.

Figura 1: Resultados do Diagnóstico para o Sistema EP&R em Cabo Verde

A conclusão é que o sistema de EP&R em Cabo Verde está na fase embrionária e são necessários investimentos para fortalecer a capacidade geral no país. Como muitos elementos do sistema não estão funcionais, as pontuações para Cabo Verde estão no espectro mais baixo da escala. Os critérios nos quais Cabo Verde tem melhor desempenho são “responsabilização legislativa” (0,91) e “combate a incêndios urbanos e resgate técnico” (0,90). Dois componentes têm pontuação de zero, o que significa que essas capacidades estão completamente ausentes do sistema EP&R, sendo elas: “sistemas de gestão de informações” e “coordenação de suporte internacional”.

Objetivo do diagnóstico: Fornecer suporte técnico ao Governo de Cabo Verde na avaliação e identificação de oportunidades sistêmicas para desenvolver e melhorar o sistema geral de EP&R.

Objetivos específicos:

1. Assessorar programas e investimentos futuros para aprimorar o sistema de EP&R de Cabo Verde; e
2. Contribuir para melhorar a eficiência, evitar a duplicação de esforços e aumentar os benefícios da colaboração entre os principais atores governamentais, entidades de assistência emergencial, setor privado e sociedade civil.

As principais observações que explicam as pontuações são as seguintes:

No geral

O sistema de EP&R depende da boa vontade e da motivação do pessoal de emergências e dos habitantes das comunidades locais para responder efetivamente a situações de crise. Não existe um sistema abrangente e estratégico que permita capacidades de resposta mais efetivas e eficientes. Um dos principais desafios é a ausência de uma interpretação comum, em todo o país, dos principais riscos, resultando na falta de foco nas capacidades de preparação e resposta.

Legislação

Foram observados desenvolvimentos para fortalecer a Lei de Base, mas as demais legislações precisariam de mais alterações. Iniciativas para desenvolver planos e procedimentos de políticas, como Procedimentos Operacionais de Emergência, Planos de Gestão de Crises e Planos de Gestão de Desastres ao nível municipal devem ser finalizados e endossados o mais rapidamente possível.

Informação

Embora alguns bons elementos possam ser observados em termos de informação, este componente sofre com a ausência de informação permanentes e estrategicamente integradas e de sistemas de alerta precoce.

Infraestruturas

Infraestruturas básicas, como um Centro de Operações de Emergência, armazéns e abrigos não são adequados, apesar das referências em documentos legais.

Equipamento

Não existem normas e legislações relativas às necessidades de veículos e equipamentos de emergência. Os equipamentos de combate a incêndios e atendimento pré-hospitalar são na sua maioria antigos, não padronizados, não interoperáveis, obsoletos e, em geral, insuficientes em termos de quantidade. Como resultado, a segurança da população em geral, visitantes e equipas de emergência não pode ser suficientemente garantida. A Polícia Nacional, no entanto, está relativamente bem equipada.

Recursos Humanos

Com exceção da polícia, a capacidade do pessoal é insuficiente em termos de quantidade e qualidade. A capacidade de combate a incêndios está abaixo do mínimo recomendável e o conhecimento necessário para lidar com materiais perigosos, extração de pessoas acidentadas e capacidades especializadas de busca e resgate (por corda) estão ausentes em muitas ilhas. Vários serviços de resposta a emergências operam com apenas 50% da capacidade necessária, resultando em desafios para a execução de tarefas principais e não deixando margem para o desenvolvimento da organização e do sistema geral de EP&R.

O Diagnóstico chamou a atenção para o facto de que algumas constatações relevantes para o contexto cabo-verdiano ficaram fora da metodologia do Diagnóstico. Este contexto inclui os riscos de terremotos e erupções vulcânicas nas ilhas do Fogo, Brava e Santo Antão, além de possíveis incidentes marítimos com petroleiros e navios cargueiros. Algumas das constatações adicionais incluíram:

- Não existe um plano de evacuação (em massa) para proteger os habitantes, nem os turistas nas ilhas do Fogo, Brava e Santo Antão;
- A legislação e a capacidade para inspeção de regras do código de construção são insuficientes; e
- Além dos acordos existentes com as petrolíferas, não há capacidade para responder a incidentes no mar e em terra, nem para mitigar qualquer impacto ambiental resultante.

2. Constatações Específicas para Cada Um dos Componentes

Componente 1 – Responsabilidades Jurídicas e Institucionais

A estrutura jurídica básica para EP&R está em vigor e nos últimos anos foram feitos esforços importantes. No entanto, são necessárias mais alterações e melhorias para fortalecer o enquadramento jurídico. As autoridades governamentais estão cada vez mais conscientes da necessidade destas adaptações e a legislação já menciona procedimentos operacionais e planos de políticas adicionais a serem estabelecidos e ou implementados como uma extensão da lei.

Essa estrutura política incompleta e a falta de planos e procedimentos operacionais têm consequências importantes, uma vez que os regulamentos relativos às responsabilidades não são aplicados. Como resultado, a estrutura legal fornece pouca orientação para as organizações se concentrarem eficientemente nas suas responsabilidades, dificultando o desenvolvimento de atores chave como parte de um coletivo multisetorial e multidisciplinar de instituições de prevenção e gestão de crises.

O Diagnóstico examinou as relações governamentais e institucionais e identificou que as fronteiras de autoridade entre os níveis nacional e municipal nas relações de EP&R não são adequadamente equilibradas e até carecem de estrutura e responsabilidades claras. Atualmente, os municípios têm poder de decisão para investimentos em EP&R, o que torna a funcionalidade de EP&R a nível municipal sujeita à vontade política. Além disso, posições chave, como o papel do comandante regional, não estão suficientemente ancoradas na legislação ou definidas por lei.

Em termos de preparação financeira, Cabo Verde possui poucos instrumentos financeiros apropriados para EP&R e recuperação precoce. Existe um orçamento para resposta que pode ser disponibilizado quando o Estado de Emergência for declarado a nível nacional. A rigor, o Estado de Calamidade foi declarado duas vezes na história de Cabo Verde: em resposta à erupção vulcânica na ilha do Fogo em 2014-2015 e às inundações em 2016. Apesar do estabelecimento oficial do Fundo Nacional de Emergência (FNE) em novembro de 2018, à época da elaboração deste relatório, ainda não se encontrava funcional. As responsabilidades financeiras pela resposta a incidentes e desastres estão sujeitas a confusão entre os níveis nacional e municipal. De facto, os municípios assumem que o orçamento nacional será disponibilizado para calamidades, uma vez que nenhuma rubrica orçamentária respetiva está prevista nos orçamentos municipais. Finalmente, não há procedimentos de aquisições para resposta a emergências.

Componente 2 – Informação

Organizações Não-Governamentais, como a Cruz Vermelha e iniciativas comunitárias, estão bem estabelecidas e estão enraizadas nas comunidades. Essas organizações têm um potencial significativo para o envolvimento do público, uma vez que as comunidades coesas demonstram um alto nível de resiliência espontânea, impulsionada por iniciativas individuais durante e após calamidades recentes. No entanto, o envolvimento da comunidade para criar resiliência a desastres em Cabo Verde consiste em múltiplos esforços e carece de uma abordagem estratégica e programática geral. A incorporação da sociedade civil, a sua forte memória institucional e o contacto próximo com as comunidades aumentariam a apropriação das comunidades no campo da EP&R, facilitariam a coordenação e a cooperação entre agências e incorporariam a memória intergeracional no planeamento da EP&R.

Embora não exista um sistema de alerta precoce integrado para todos os perigos, componentes importantes estão operacionais. De facto, a partilha insuficiente de informações está a dificultar o desenvolvimento coletivo de sistemas de alerta precoce. A capacidade necessária para análises partilhadas é realmente muito limitada. Com a prática atual de emitir avisos por telemóvel, há pouco controlo sobre a emissão oportuna de avisos. Além disso, o sistema de telefonia celular é vulnerável durante desastres devido à falta de um sistema de backup de comunicações adequado.

No que diz respeito aos Sistemas de Gestão de Informações sobre Desastres (SGID), atualmente não são partilhados sistematicamente dados e informações. Isso é resultado do desconhecimento do papel que um SGID partilhado pode desempenhar. Além disso, a maioria das organizações não teria capacidade suficiente para contribuir estruturalmente para um sistema de informação. A infraestrutura de dados espaciais de Cabo Verde gerida pelo Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT) mostra muito potencial, mas não é amplamente usada para informar a tomada de decisões na gestão de riscos de desastres.

Componente 3 – Infraestruturas

A nível nacional, foi construída uma estrutura partilhada de atendimento e expedição para o corpo de bombeiros, o serviço de ambulâncias e a Polícia Nacional, no edifício da Proteção Civil Nacional. Até agora, os resultados desta iniciativa são limitados, uma vez que o centro não está suficientemente ligado a um plano geral para fortalecer a coordenação de emergência e a capacitação aos níveis nacional, da ilha e municipal.

O Diagnóstico identificou uma necessidade geral de infraestruturas para acomodar formações e exercícios no campo da EP&R, que são vitais para uma coordenação institucional aprimorada na resposta a desastres e para manter as capacidades técnicas básicas dos socorristas. Na sua ausência, as linhas de comando não podem ser praticadas através de exercícios e, em combinação com emergências reais a ocorrer, isso leva a uma falta de conscientização e operacionalidade entre os atores. Na maioria dos países, os programas de formação em gestão de riscos de desastres estão enraizados na gestão de recursos humanos e ligados ao desenvolvimento da capacidade organizacional de várias agências. Em Cabo Verde, essa prática também deveria ser implementada.

Armazéns logísticos e estações de resposta desempenham um papel crucial na resposta a desastres, porém não existe uma rede de armazéns estrategicamente localizados e abastecidos. Atualmente, o país depende totalmente das capacidades logísticas da Cruz Vermelha e do apoio internacional em caso de crise. A rede de armazéns da Cruz Vermelha é de grande valor agregado. As ilhas do Fogo e Brava têm as mais altas solicitações de instalações de armazenamento e devem ser levadas em consideração em primeiro lugar.

Não existem espaços abertos pré-identificados, como parques, terrenos baldios ou espaços verdes, designados para serem transformados em abrigos temporários para pessoas deslocadas em caso de emergência. Em caso de crise, as instalações serão improvisadas em escolas ou centros comunitários. No entanto, esses espaços carecem de instalações para fornecer condições básicas de vida e garantir a segurança e o bem-estar das pessoas deslocadas, especialmente de grupos vulneráveis. Além disso, não existem planos de proteção para garantir que esses abrigos improvisados sigam diretrizes e padrões definidos internacionalmente.

Componente 4 – Equipamento

Os serviços sociais de emergência foram considerados frágeis em Cabo Verde. Não existe um sistema em funcionamento para atendimento médico pré-hospitalar, com responsabilidades institucionais claras. No geral, o sistema de saúde opera a um nível básico e é limitado pela falta de recursos, equipamentos e pessoal qualificado. O equipamento necessário para prestar cuidados de saúde pré-hospitalares, em ambulâncias, geralmente não funciona ou, quando está funcional, não se adequa aos padrões internacionais. Embora as ambulâncias sejam usadas como meio de transporte para um centro médico ou hospitalar, as pessoas feridas geralmente têm de contar com o transporte particular ou táxis e/ou com a ajuda de pessoas não formadas. No momento da avaliação, a ilha da Brava não possuía uma ambulância operacional. Em caso de emergência com várias pessoas feridas, os serviços médicos existentes seriam insuficientes.

As capacidades dos equipamentos de resposta a perigos específicos foram localizadas com relação à gestão de emergências de incêndios florestais, à resposta a eventos climáticos extremos e a evacuações em caso de atividade sísmica. No entanto, não está suficientemente instalado o equipamento de resposta específica a atividades vulcânicas, pandemias e deslizamentos de terra.

Os bombeiros estão minimamente equipados com veículos antigos e usados de diferentes marcas em várias condições. O fornecimento de água para operar os caminhões-cisterna e responder a grandes incêndios depende da assistência de empresas privadas, mas a sua disponibilidade não está garantida devido à ausência de acordos formais de abastecimento. O equipamento de segurança para proteger os bombeiros é limitado e bastante antigo. A disponibilidade de equipamentos para busca e resgate (especializado) está muito abaixo dos padrões mínimos e não existe disponibilidade de equipamento para lidar com materiais perigosos.

A capacidade de resposta do pessoal para atender a incêndios urbanos, bem como realizar resgates técnicos é limitada devido à falta de conhecimento e equipamentos específicos. O crescimento do setor de turismo implica preocupações crescentes, tais como as capacidades de Cabo Verde para responder adequadamente a possíveis acidentes de caminhadas nas trilhas, por meio de resgate por corda, por exemplo.

Componente 5 – Recursos Humanos

As atuais estruturas que lidam com incidentes de Cabo Verde não permitem uma resposta eficiente e escalável a emergências. A estrutura organizacional definida por lei não está implementada e as fronteiras de responsabilidade e comunicação entre os atores permanecem pouco claras, sem uma perspectiva partilhada de uma estrutura para a organização de incidentes. Como tal, a resposta a incidentes é implementada com base em procedimentos implícitos que foram desenvolvidos na prática ao longo do tempo. Não existe uma avaliação formal da resposta a incidentes e o sistema de EP&R não está organizado de forma a aprender e melhorar sistematicamente a si mesmo e ao seu pessoal.

A avaliação constatou que faltava uma cultura de formação e simulacros para aprimorar a coordenação institucional entre os principais atores. O sistema de formação e capacitação em Cabo Verde é limitado devido à falta de recursos e de pessoal técnico qualificado para formar. Como resultado, a formação é realizada ad-hoc e principalmente a um nível básico. Por exemplo, um bombeiro experiente (mas não certificado) forma os colegas mais jovens. Os socorristas são formados principalmente pelos bombeiros portugueses para primeiros socorros básicos. Exercícios e simulacros também são realizados ad-hoc e a maioria ocorre em função dos regulamentos internacionais para aeroportos, segurança marítima e entidades do setor privado, como importadores e fornecedores de petróleo e gás. Quando planos de resposta a emergências estão em vigor, estima-se que os valores operacionais sejam baixos, uma vez que não são realizados exercícios de simulacro para praticar linhas de responsabilidade e comando. Não há planos de resposta específicos a perigos.

A coordenação do apoio internacional, realizada por agentes da proteção civil em emergências passadas foi funcional. No entanto, a coordenação do apoio internacional é dificultada pela falta de capacidade e clareza nas responsabilidades em termos de legislação. Não há sistemas logísticos funcionais para receber e distribuir suporte internacional. Em geral, muitas organizações de primeira resposta operam abaixo do número necessário de pessoas e muitas organizações não têm estatutos que formalizem os seus requisitos de capacidades.

3. Recomendações de Investimento e Desenvolvimento

Muitos aspetos do sistema de EP&R precisam de melhorias. Para apoiar o seu desenvolvimento, os seguintes fatores e condições devem ser levados em consideração:

- A capacidade limitada e uma estrutura institucional incompleta e pouco clara tornam uma pequena ambição no desenvolvimento do sistema de EP&R num grande empreendimento que leva tempo. O financiamento estrutural para capacitação significativa no nível de políticas e coordenação, bem como para os processos primários, deve ser garantido no Orçamento de Estado.
- Um programa ambicioso de assistência técnica de longo prazo é essencial. A assistência técnica deve concentrar-se tanto na implementação do projeto quanto no fortalecimento da capacidade local por meio do desenvolvimento e implementação do projeto com todas as partes interessadas.
- A apropriação política, a alto nível, deve orientar o desenvolvimento do sistema de EP&R.

As oportunidades de investimento para fortalecer o sistema de EP&R são organizadas para criar duas abordagens de desenvolvimento separadas que, em certa medida, podem ser implementadas independentemente e no seu próprio ritmo:

- Iniciativas para fortalecer a base do sistema de EP&R para apoiar o desenvolvimento e o amadurecimento ao longo do tempo; e
- Investimentos e iniciativas para fortalecer diretamente as capacidades de resposta a curto e médio prazos.



Imagem 2: São Filipe, Fogo, Cabo Verde
Fonte: iStock

3.1 PRIMEIRA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTOS PARA APOIAR O AMADURECIMENTO DO SISTEMA DE EP&R

Projeto 1: Consolidar o Centro de Operações de Emergência e o Plano de Gestão de Crises

O investimento é crucial para abordar as advertências mais centrais no atual sistema de EP&R de Cabo Verde. É altamente recomendável apoiar a implementação do Centro de Operações de Emergência e garantir que o Plano de Gestão de Crises seja implementado com sucesso, com um foco claro em manter a sua eficiência e clareza para todos os atores com papéis e responsabilidades no sistema de EP&R de Cabo Verde.

A curto **prazo, dentro de um ano**, são necessários **US\$108,800** de assistência para apoiar o Serviço Nacional de Protecção Civil de modo a:

- Estabelecer procedimentos operacionais de apoio ao Centro de Operações de Emergência;
- Elaborar um Plano de Gestão de Crises com amplo suporte; e
- Capacitar as partes interessadas em relação ao Centro de Operações de Emergência.

A **médio e longo prazo**, serão necessários **US\$550,000** para Tecnologias de Informação (TI):

- Para a integração de sistemas de TI de suporte ao Centro de Operações de Emergência, e para o desenvolvimento de informações geográficas em geral, um Memorando de Entendimento entre o INGT e o Serviço Nacional de Protecção Civil deve ser estabelecido, incluindo hardware e preenchendo bancos de dados.

Projeto 2: Apoiar a Implementação Completa da Legislação de EP&R

Este projeto abordaria a necessidade de implementação da legislação a nível nacional e municipal, incluindo os planos de políticas e procedimentos operacionais mencionados na lei. Também se espera que este projeto crie clareza no orçamento do sistema de EP&R.

Estima-se que US\$222,750 sejam necessários para:

- Apoiar um processo de revisão e/ou elaboração de todo o quadro legal e institucional, inclusivo, contando com as partes interessadas, incluindo as políticas e procedimentos operacionais mencionados na Lei;
- Estabelecer Serviços Municipais de Protecção Civil e planos de resposta a emergências;
- Estabelecer estatutos sobre as responsabilidades dos Comandantes Regionais de Operações;
- Rever a legislação e procedimentos para a seleção de bombeiros e outro pessoal de primeira resposta;
- Rever o mecanismo de prontidão financeira;
- Assessorar na centralização dos processos de aquisições para reduzir custos e dar suporte à padronização;
- Estabelecer políticas e procedimentos de gestão financeira pública;
- Fortalecer a legislação para a inspeção e a inspeção de códigos de construção; e
- Aconselhar num programa de formação com exercícios de mesa para apoiar os Procedimentos Operacionais e padrões recém-adotados em todas as ilhas.

Projeto 3: Fortalecimento da capacidade no apoio como Nação Anfitriã

O Projeto 3 visa capacitar os principais actores do sector EP&R para fornecer apoio como nação anfitriã, além de armazéns e hubs logísticos. O apoio como nação anfitriã deve incluir cooperação internacional e apoio para conter o impacto ambiental de possíveis incidentes com navios no mar.

Estima-se que US\$129,300 sejam necessários para:

- Elaborar um plano operacional específico de evacuação em massa para as ilhas do Fogo, da Brava e de Santo Antão e no geral para as outras ilhas;
- Elaborar um plano de operação para hubs logísticos e a coordenação da assistência internacional para a resposta e recuperação de desastres, em locais a serem identificados próximos de portos e aeroportos;
- Elaborar uma abordagem de Apoio como Nação Anfitriã² que esteja totalmente vinculada aos procedimentos operacionais e à legislação estabelecidos durante o projeto 2;
- Estabelecer o método de trabalho para ser um processo de todas as partes interessadas, com uma mentalidade de formação e capacitação. O conhecimento local fortalecido é um objetivo do projeto; e
- Aconselhar sobre oportunidades de cooperação com iniciativas regionais como a CEDEAO³, países lusófonos ou o *Kofi Annan International Peacekeeping Training Center* (Centro de Formação para Manutenção da Paz Kofi Annan).

Projeto 4: Construção de infraestruturas de formação

A manutenção e o desenvolvimento de capacidades técnicas do pessoal de EP&R foram considerados limitados devido à falta de infraestruturas de formação. A instalação de uma sala de aulas para 40 pessoas, para efeitos de formação, no edifício da Protecção Civil na Praia será vital para o desenvolvimento de formação das capacidades necessárias.

Estima-se que US\$46,000 sejam necessários para:

- Proporcionar formações de maneira flexível no edifício da Protecção Civil (com um investimento relativamente pequeno). Organizar o máximo possível de formações em nas diferentes ilhas; e
- Organizar formações nas diferentes ilhas para reduzir os custos de transporte e garantir que os socorristas em formação ainda possam ser implantados nas ilhas em caso de incidente ou crise. As instalações para realizar formações nas restantes ilhas habitadas, podem ser em edifícios de particulares existentes mediante o estabelecimento de memorandos de entendimento com as empresas ou os proprietários dos mesmos.

² O Apoio como Nação Anfitriã inclui a preparação para: ajuda internacional recebida, assistência humanitária caso seja solicitada assistência internacional; funções de suporte de emergência em estreita cooperação com organizações internacionais.

³ CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

Compromisso necessário do Governo com a Primeira Abordagem de Desenvolvimento: investimentos para apoiar o amadurecimento do sistema de EP&R

1. É recomendável haver uma consensualização dos programas de desenvolvimento de EP&R de modo a garantir a adesão e apoio de lideranças políticas locais, assim como do pessoal afeto às agências de resposta. Estas acções deverão ser efectuadas sob a liderança do Primeiro-ministro, ou por um Ministro designado, com o apoio do Serviço Nacional de Protecção Civil. Relatórios de progresso deverão ser emitidos regularmente, para ajudar a manter todos os funcionários e lideranças políticas relevantes informados sobre os desenvolvimentos. Os comandantes regionais da Protecção Civil poderão ser fundamentais para manter o envolvimento, a conexão e a informação, a todos os níveis. Aconselha-se a elaboração de um plano de comunicação e cooperação, para apoiar os programas de desenvolvimento.
2. A implementação do quadro legislativo deve ser acompanhada da capacitação do pessoal em implementação e coordenação de políticas, de modo a assumirem novas tarefas de partilha e análise de informações. Durante a implementação dos projetos 1 e 2, as necessidades de capacitação emergirão, o que demandará um aumento significativo no orçamento de pessoal.
 - I. Recomenda-se, no próximo ano, dotar o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros com um mínimo de cinco pessoas, que contribuirão ativamente para a ligação com outras organizações do sistema de EP&R; e
 - II. Nos próximos 5 anos, recomenda-se ainda dotar o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros com mais oito pessoas para fortalecer a capacidade e o alcance em todas as ilhas habitadas do arquipélago.
3. Aconselha-se fortalecer a capacidade de coordenação operacional de diferentes organizações no sistema de EP&R da melhor maneira possível, com base nas recomendações a serem entregues como resultado do Projeto 2. É importante aumentar-se a capacidade com foco em SIG e informação geográfica geral, incluindo integração do sistema de alerta precoce e troca de informações.
4. O Governo é aconselhado a financiar estruturalmente a implementação de programas adequados de manutenção de equipamentos. Pode ser considerada a cooperação com especialistas, por exemplo, de Portugal.
5. A limitação dos recursos leva a que os abrigos, nos próximos dez anos, sejam acomodados em edifícios existentes com requisitos mínimos de segurança e aptos a alojar pessoas em regime temporário, incluindo grupos vulneráveis. Aconselha-se a identificação, por parte do Governo, de edifícios adequados e também a definição de adequação física dos mesmos, para fins de abrigo temporário.
6. A curto prazo, recomenda-se que as instalações de formação (salas de aula) sejam consideradas em edifícios existentes nas diferentes ilhas. Convém que a adequação de infraestruturas para o uso com finalidade de formação, seja posta em prática.

3.2 SEGUNDA ABRAGEM DE DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTOS PARA APOIAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Projeto 5: Aquisição de equipamentos e veículos médicos pré-hospitalares

A aquisição de equipamentos para atendimento médico pré-hospitalar foi identificado pelo Diagnóstico R2R como investimento crítico e deve ser tratado com a máxima prioridade.

Curto prazo: é aconselhável dotar cada município com 2 ambulância, dentro de um ano, com a indicação de que seja formado e/ou contratado pessoal suficiente. **O investimento total em veículos seria de US\$5,940,000 (44 x US\$135,000).** As ambulâncias existentes devem ser inventariadas e a expectativa de vida restante deve ser determinada. Com a assistência (de preferência) da Proteção Civil Portuguesa, um programa de manutenção adequado deve ser estabelecido e orçamentado. As reservas devem ser feitas no Orçamento do Estado para substituir veículos e equipamentos no final da sua vida útil.

Médio prazo: é aconselhável substituir as ambulâncias desatualizadas nos próximos três anos. O inventário deve ajudar a orientar e planejar esses investimentos. Recomenda-se comprar e instalar 75 rádios fixos e equipar todas as equipas de ambulância com 1 rádio móvel.

Longo prazo: nos próximos 7 anos, aconselha-se adquirir todos os equipamentos e veículos médicos recomendados para operar de acordo com os padrões internacionais.

Projeto 6: Aquisição de equipamentos e veículos de combate a incêndios e salvamento

O Diagnóstico R2R identificou os requisitos dos equipamentos e veículos de combate a incêndios e salvamento foram considerados uma necessidade crítica de investimento, devendo ser tratados com a máxima prioridade.

Equipamento	Investimento
12 camiões pesados de bombeiros	US\$3,000,000
15 camiões médios de bombeiros	US\$2,700,000
17 camiões-cisterna	US\$3,400,000
6 plataformas hidráulicas	US\$3,000,000
10 unidades de comando móveis	US\$850,000
450 conjuntos de equip. segurança	US\$625,500
Investimento total	US\$13,575,500

Curto prazo: é aconselhável aumentar a disponibilidade de camiões de combate a incêndios. Este investimento deve ser feito no espaço de um ano, adquirindo 9 camiões pesados e 9 camiões médios, o que demandará a formação e/ou contratação de pessoal. **O investimento total em veículos seria de US\$2,250,000 em pesados e US\$1,620,000 em camiões médios.**

Os veículos existentes deviam ser inventariados e a expectativa de vida restante deve ser determinada. Com a assistência (de preferência) da Proteção Civil Portuguesa, deve ser estabelecido e orçamentado um programa de manutenção adequado. Disponibilidade de financiamento deverá ser acautelada no Orçamento de Estado para substituir veículos e equipamentos no final da sua vida útil.

Médio prazo: no espaço de 3 anos, é aconselhável adquirir 17 camiões-cisterna e 450 conjuntos de equipamentos de segurança. **O investimento total seria: US\$4,025,500.**

Longo prazo: no período de 7 anos, dever-se-á comprar o restante dos equipamentos. **O investimento total seria de até US\$5,680,000.**

Projeto 7: Estabelecimento do Programa de Formação para a Primeira Resposta

O Diagnóstico R2R identificou a necessidade urgente de apoiar e direcionar o pessoal de resposta a emergências no desenvolvimento de capacidades técnicas, com atenção especial aos cuidados médicos e combate a incêndios. O programa de formação seguirá um modelo de duas abordagens, adaptado ao tipo de participantes.

Estima-se que sejam necessários US\$188,200 para:

- Implementar uma formação básica padrão para o pessoal médico e de combate a incêndios em todos os 22 municípios, quer sejam voluntários, ou profissionais. Usar esta primeira oportunidade de formação para atualizar e otimizar conhecimentos e capacidades e avaliar os níveis atuais de capacidades;
- Com base no resultado da primeira fase, projetar um segundo programa de formação de todos os socorristas e calcular os custos para corresponder aos padrões internacionais, priorizando equipas de cuidados médicos e de combate a incêndios; e
- Criar um programa e estimar os custos para a formação de formadores locais, com certificação.

Projeto 8: Estabelecimento do Programa de Fortalecimento da Resiliência Comunitária

Investir em atores da sociedade civil, com o objetivo de capacitá-los no campo da EP&R, aumentará o seu alcance na comunidade e criará proximidade com grupos vulneráveis, coordenando os seus esforços para facilitar o envolvimento ativo na mobilização de comunidades perante um desastre.

Estima-se que sejam necessários US\$104,500 para:

- Criar um grupo de Apoio à Resiliência Comunitária, a nível municipal, sob a orientação de oficiais voluntários de resiliência comunitária, que supervisionem e facilitem exercícios de simulacro e campanhas de conscientização sobre riscos de desastres - incluir atenção específica às necessidades de todos os grupos vulneráveis;
- Elaborar um plano de implementação envolvendo várias organizações não-governamentais para aumentar a resiliência da comunidade; e
- Orientar e facilitar o processo de implementação durante três anos.

É aconselhável reservar **US\$250,000** para iniciativas de fortalecimento da resiliência da comunidade, adoptadas por organizações não-governamentais, nas 9 ilhas.

Compromisso necessário do Governo para apoiar a capacitação do sistema no curto e no médio prazo

1. Recomenda-se que o Governo tenha uma previsão dos custos da programação de formação estrutural, incluindo exercícios de socorristas e coordenadores. Para o efeito é recomendado um orçamento anual de US\$500,000.
2. Muitos bombeiros voluntários não se licenciam dos seus empregos regulares para participar em formações. Deve ser encontrada uma solução, que passe pela contratação de profissionais e/ou estabelecendo acordos para compensar as entidades cujos empregados são chamados para sessões de treino.
3. O voluntariado é uma alternativa aos bombeiros profissionais. A capacidade do pessoal médico e profissional de resposta a incêndios deve ser elevada a padrões mínimos com urgência. Um orçamento estrutural consistente e com foco no pessoal operacional é um requisito para salvar vidas e evitar danos, bem como a perda de estruturas. Sobre a componente dos equipamentos, é aconselhável a aquisição de veículos adicionais. Equipas profissionais bem formadas de ambulância e combate a incêndios, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, devem ser consideradas condições prévias antes da aquisição de veículos:
 - Uma ambulância requer uma equipa de 2 pessoas em 3 turnos. A carga de trabalho é normalmente distribuída numa lista de 6 vezes 6. Requer portanto 36 funcionários formados para operar uma ambulância 24 horas por dia, 7 dias por semana; e
 - Um veículo de bombeiros exige uma equipa de 6 operacionais em 3 turnos. Normalmente, uma equipa de 6 pessoas fica em espera no corpo de bombeiros durante 24 horas, seguidas por 48 horas de folga. Um veículo de bombeiros exige 18 funcionários formados para operar 24/7.

Nocasodeexistirlimitaçãodosrecursosdisponíveis,aconselhamosfocalizarnumprogramade desenvolvimento do sistema EP&R com um orçamento de US\$5milhões, que priorizaria as seguintes 7 oportunidades de investimentos, decorrentes das duas abordagens de desenvolvimento mencionadas:

Nome do Projeto e Resultado	Investimento
Centro Nacional de Operações de Emergência e a implementação de um Plano de Gestão de Crises: consultoria e infraestrutura TIC (Tecnologias Informação e Comunicação)	US\$658,800
Finalização do quadro legal	US\$222,750
Planos de evacuação, armazéns e centros logísticos no contexto do apoio à nação anfitriã	US\$129,300
Aquisição de 10 ambulâncias	US\$1,350,000
Aquisição de 11 veículos médios de combate a incêndios	US\$1,980,000
Formação dos elementos de primeira resposta	US\$188,200
Fortalecer a resiliência comunitária	US\$354,500
Investimento total	US\$4,883,550

Deverá ser considerada a possibilidade de implementação de um Centro de Excelência para a Gestão de Desastres e a Redução do Risco de Desastres. Não existe um Centro deste tipo na sub-região da África Ocidental e poderá proporcionar três cenários no desenvolvimento adicional do Sistema de Preparação e Resposta a Emergências de Cabo Verde: apoio político, capacitação e apoio a financiamento de longo prazo.



financiado por



THE GOVERNMENT
OF THE GRAND DUCHY OF LUXEMBOURG

através



GFDRR
Global Facility for Disaster Reduction and Recovery